

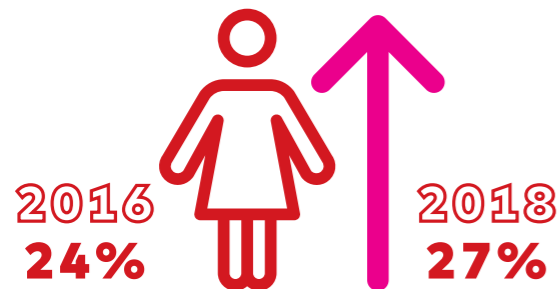
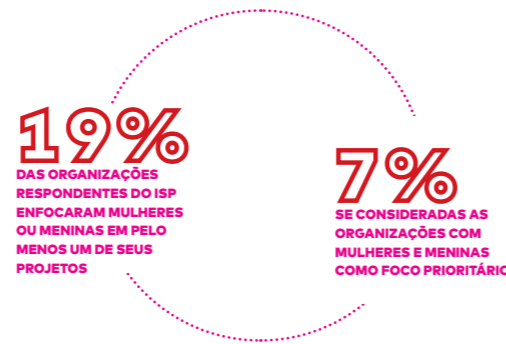
direito das mulheres

Os direitos das mulheres são uma pauta cada vez mais em evidência na sociedade e no ISP, transversal a muitos temas tradicionalmente postos na agenda pública da sociedade, como saúde, educação, segurança pública, cultura, geração de renda, sexualidade, representatividade política, para ficar em poucos exemplos. A lista dos desafios para os direitos das mulheres hoje no Brasil é bastante extensa e vão desde menores salários e maiores taxas de desemprego, passam pela baixa taxa de ocupação de mulheres ocupando cargos de liderança nas empresas e na representação política brasileira, chegando aos níveis inadmissíveis de violência de toda ordem a que estão expostas, muitas vezes dentro da própria casa.

Soma-se a todo esse contexto questões e disputas conceituais e políticas em torno dos significados de feminismo, com a emergência de valores ultraconservadores que frequentemente contrapõem direitos, narrativas que obscuramente visam confundir o debate público de promoção dos direitos das mulheres e a pouca visibilidade da dimensão racial no debate sobre gênero.

DADOS DE CONTEXTO

SEGUNDO O CENSO GIFE 2018, **19% DAS ORGANIZAÇÕES RESPONDENTES DO ISP ENFOCARAM MULHERES OU MENINAS EM PELO MENOS UM DE SEUS PROJETOS OU PROGRAMAS. ESSE NÚMERO CAI PARA 7% SE CONSIDERADAS AS ORGANIZAÇÕES COM MULHERES E MENINAS COMO FOCO PRIORITÁRIO.**



NO MONTANTE TOTAL DE MEMBROS DOS CONSELHOS, **A PROPORÇÃO DE MULHERES CRESCERAM 3 PONTOS PERCENTUAIS, SUBINDO DE 24% EM 2016 PARA 27% EM 2018. O QUE INDICA QUE, APESAR DA MELHORIA RECENTE, AINDA HÁ OPORTUNIDADE PARA TORNAR OS CONSELHOS MAIS PLURAIS.**

TEMAS E PRIORIDADES PARA OS PRÓXIMOS ANOS

- As iniciativas focadas em gênero ainda são incipientes e há muito espaço para avançar nos próximos anos. O tema deve ser percebido em sua transversalidade com as agendas de saúde, educação, segurança pública, cultura, economia, políticas públicas, sexualidade, representatividade política, governança e gestão etc.

- A diversidade é facilmente visualizada na sociedade brasileira. É preciso vê-la também nas organizações, nos espaços de poder e nos processos políticos.
- Tal como preconizado no ODS 5, é importante promover o engajamento do setor privado e da sociedade civil na agenda, tornando-a um esforço de toda a sociedade.
- No que diz respeito às organizações do ISP, é preciso evoluir no enfoque de gênero nas agendas, programas e projetos e, também, nas organizações.
- O apoio a organizações e coletivos que trabalham com equidade de gênero precisa ser ampliado, com mais espaço para formação e suporte a lideranças femininas e inclusão de mulheres nos canais institucionais da esfera pública.
- Quanto a possíveis iniciativas para a agenda de gênero, o ISP pode desenvolver e apoiar campanhas educativas, formação de operadores de políticas públicas, desenvolvimento de soluções inovadoras para segurança das mulheres, financiamento de equipamentos públicos voltados ao cuidado de mulheres vítimas de violência, produção de dados abertos, projetos de inclusão das mulheres no mercado de trabalho, fortalecimento de lideranças, organizações e movimentos sociais já existentes e consolidados de defesa dos direitos das mulheres.
- Campanhas e processos de sensibilização da sociedade e de mudança cultural para a equidade de gênero, com produção e disseminação de conhecimento, iniciativas de comunicação, campanhas de engajamento e envolvimento dos homens na reflexão sobre as relações de gênero, também requerem apoio.

PARA SABER MAIS

- GIFE. Censo GIFE 2018. 2019.
- GIFE. Censo GIFE 2018: temas e focos de atuação. 2019.
- GIFE. ISP tema: direitos das mulheres.
- ONU – Organização das Nações Unidas. Notícias: covid-19 mulheres a frente e no centro.



CLIQUE NO
CONTEÚDO PARA
SABER MAIS